

## TERMO DE REFERÊNCIA

1. **REQUERENTE:** Magda Emília Altomare- Secretária de Administração.

### 2. OBJETO:

2.1. Registro de Preços, pelo prazo de 12 meses, para eventual e futura aquisição de materiais permanentes (mobiliários, eletrodomésticos e eletrônicos diversos), conforme condições e especificações.

2.2. O fornecimento previsto deverá ser prestado conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
001	ARMÁRIO DE AÇO – ALTURA 1,50 M/ LARGURA: 0,70/ PROFUNDIDADE: 0,30M; 20 KG; PRODUZIDO EM AÇO CHAPA 26; PRATELEIRAS: 3 UNIDADES (1 FIXA CENTRAL E 2 REGULÁVEIS); CHAPA: 26; CAPACIDADE DA BANDEJA: 30 KG. PRODUZIDO EM AÇO 1008 "CERTIFICADO" DE ALTA QUALIDADE COM TRATAMENTO ANTI-FERRUGINOSO.	UNIDADE	5	1066.0000	5.330,00
002	ARMÁRIO DE AÇO COM 02 (DUAS) PORTAS DE ABRIR E 04 (QUATRO) PRATELEIRAS RESISTENTE A 20KG (DISTRIBUÍDOS POR PRATELEIRA) MAIS A BASE, FORMANDO 05 (CINCO) NÍVEIS PARA ACOMODAÇÃO DE MATERIAIS E OBJETOS. POSSUI CREMALHEIRA PARA AJUSTE DAS PRATELEIRAS, SENDO QUE UMA DAS PRATELEIRAS É FIXA, FECHADURA COM DUAS CHAVES E UM PUXADOR. PRODUZIDO EM AÇO 1008 "CERTIFICADO" DE ALTA QUALIDADE COM TRATAMENTO ANTI-FERRUGINOSO, EM "CHAPA 26". ALTURA 1,93 M. LARGURA 0,90 M. PROFUNDIDADE 0,40 M. ESPESSURA 0,45 MM.	UNIDADE	30	1532.3333	45.970,00
003	ARMÁRIO DE COZINHA COMPACTO. FABRICADO COM MATERIAL DE ALTA QUALIDADE, ESTRUTURA EM AÇO COM ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, SISTEMA DE REVESTIMENTO MODERNO, DURÁVEL E NÃO POLUENTE, GARANTINDO QUALIDADE E DURABILIDADE AO PRODUTO. COMPOSTA POR 6 PORTAS, 1 GAVETA E 4 PRATELEIRAS, COM AMPLO ESPAÇO INTERNO.	UNIDADE	2	932.9933	1.865,99
004	ARQUIVO DE AÇO COM 04 (QUATRO) GAVETAS, PUXADOR ECONÔMICO E ROLAMENTO PARA PASTA SUSPensa, FABRICADO EM CHAPA 26, RESISTENTE A 15KG POR GAVETA. PRODUZIDO EM AÇO-CARBONO DE ALTA QUALIDADE EM CHAPA 26 (0,45MM), COM TRATAMENTO ANTI-FERRUGINOSO. ALTURA 1,33M. LARGURA 0,47M. PROFUNDIDADE 0,50M.	UNIDADE	30	1039.3333	31.180,00
005	BATEDEIRA PLANETÁRIA TURBO COM 11 VELOCIDADES – PRETO; 01 TIGELA; 01 TAMPA	UNIDADE	2	666.3000	1.332,60

	ANTIRRESPINGOS; CONSUMO DE ENERGIA (KW/H) 0,5; CAPACIDADE ATÉ 4,9L; POTÊNCIA (W): 500W; POTÊNCIA DE 300W A 500W; TENSÃO/VOLTAGEM: 110V-220V; CAPACIDADE (L): 4 LITROS; COR PRETO; VELOCIDADES ACIMA DE 4; TIGELA PLÁSTICO; MODELO FIXA; Nº DE VELOCIDADES: 11; BASE C/ SISTEMA GIRATÓRIO; SIM – AUTOMÁTICO; BATEDORES P/ MASSAS LEVES; BATEDORES P/ MASSAS PESADAS; CARACTERÍSTICAS GERAIS: - CONTROLE COM 11 VELOCIDADES + VELOCIDADE TURBO;				
006	BEBEDOURO DE ÁGUA GELADA FRIA E NATURAL ELÉTRICO ELETRONICO BIVOLT.	UNIDADE	10	662.6333	6.626,33
007	BEBEDOURO DE ÁGUA INDUSTRIAL 25 LITROS COLUNA BEBEDOUROS 2 TORNEIRAS + FILTRO. RESERVATÓRIO 25L EM PP (POLIPROPILENO), ISOLAMENTO EM EPS, REVESTIMENTO EXTERNO EM INOX 430, BASE INJETADA, APARADOR COM DRENO EM INOX 430, SERPENTINA INTERNA EM AÇO INOX 304, 2 TORNEIRAS, INOX OU ESCOVADO, GÁS ECOLÓGICO R-134, TOMADA COM 3 PINOS, CONFORME NORMA DA ABNT/NBR/603351, CERTIFICADO PELO INMETRO PORTARIA 344, TAMPAS EM PP.	UNIDADE	5	2318.6667	11.593,33
008	BEBEDOURO DE COLUNA GALÃO. COM SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO POR COMPRESSOR.	UNIDADE	5	1019.0000	5.095,00
009	CADEIRA 4 PÉS FIXOS PARA ESCRITÓRIO MODELO SECRETÁRIA COM ESTOFADO DE TECIDO.	UNIDADE	50	249.6667	12.483,34
010	CADEIRA DE ESCRITÓRIO EXECUTIVA ERGONÔMICA COM BRAÇOS N17 ABNT ERGONÔMICA PRETA COM ESTOFADO DE TECIDO.	UNIDADE	30	759.0000	22.770,00
011	CADEIRA LONGARINA 4 LUGARES CROMADO PRATA. ASSENTO: 52 CM; ALTURA DO ENCOSTO: 46 CM; ALTURA DO CHÃO ATÉ O ASSENTO: 38 CM; ALTURA DO ASSENTO ATÉ O ENCOSTO: 42 CM; ALTURA DO CHÃO ATÉ O ENCOSTO: 75 CM. PESO SUPORTADO POR ASSENTO 150 KG.	UNIDADE	10	1149.3333	11.493,33
012	COMPUTADOR (DESKTOP-BÁSICO) - ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA: QUE ESTEJA EM LINHA DE PRODUÇÃO PELO FABRICANTE. COMPUTADOR DESKTOP COM PROCESSADOR NO MÍNIMO QUE POSSUA NO MÍNIMO 4 NÚCLEOS, 8 THERADS E FREQUÊNCIA DE 3.0 GHZ; UNIDADE DE ARMAZENAMENTO SSD 240 GB INTERFACE PCIE NVME M.2, MEMÓRIA RAM DE 8 GB, EM 2 MÓDULOS IDÊNTICOS DE 4 GB CADA, DO TIPO SDRAM DDR4 2666MHZ MHZ OU SUPERIOR, OPERANDO EM MODALIDADE DUAL CHANNEL. A PLACA PRINCIPAL DEVE TER ARQUITETURA ATX, MICROATX, BTX OU MICROBTX, CONFORME PADRÕES ESTABELECIDOS E DIVULGADOS NO SÍTIO WWW.FORMFACTORS.ORG, ORGANISMO QUE DENE OS PADRÕES EXISTENTES. POSSUIR PELO MENOS 1 SLOT PCI-EXPRESS 2.0 X16 OU SUPERIOR. POSSUIR SISTEMA DE DETECÇÃO DE INTRUSÃO DE CHASSIS, COM ACIONADOR INSTALADO NO GABINETE. O ADAPTADOR DE	UNIDADE	20	3976.3333	79.526,67

	VÍDEO INTEGRADO DEVERÁ SER NO MÍNIMO DE 1 GB DE MEMÓRIA. POSSUIR SUPORTE AO MICROSOFT DIRECTX 10.1 OU SUPERIOR. SUPORTAR MONITOR ESTENDIDO. POSSUIR NO MÍNIMO 2 SAÍDAS DE VÍDEO, SENDO PELO MENOS 1 DIGITAL DO TIPO HDMI, DISPLAY PORT OU DVI.				
013	COMPUTADOR PORTÁTIL (NOTEBOOK) - ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA: QUE ESTEJA EM LINHA DE PRODUÇÃO PELO FABRICANTE. COMPUTADOR PORTÁTIL (NOTEBOOK) COM PROCESSADOR QUE POSSUA NO MÍNIMO 4 NÚCLEOS, 8 THEREADS E FREQUÊNCIA DE 2.4 GHZ; UNIDADE DE ARMAZENAMENTO SSD 240 GB INTERFACE PCIE NVME M.2 , MEMÓRIA RAM DE 8 GB, EM 2 MÓDULOS IDÊNTICOS DE 4 GB CADA, DO TIPO SDRAM DDR4 3000 MHZ OU SUPERIOR, TELA LCD DE 14 OU 15 POLEGADAS WIDESCREEEN, ANTI REEXO, SUPORTAR RESOLUÇÃO FULL HD (1920 X 1080 PIXELS), RETRO ILUMINADA POR LED, O TECLADO DEVERÁ CONTER TODOS OS CARACTERES DA LÍNGUA PORTUGUESA, INCLUSIVE Ç E ACENTOS, NAS MESMAS POSIÇÕES DO TECLADO PADRÃO ABNT2, MOUSE TOUCHPAD COM 2 BOTÕES INTEGRADOS, MOUSE ÓPTICO COM CONEXÃO USB E BOTÃO DE ROLAGEM (SCROLL), INTERFACES DE REDE 10/100/1000 CONECTOR RJ-45 FÊMEA E WIFI PADRÃO IEEE 802.11 B/G/N/AC, BLUETOOTH MÍNIMO 4.0. SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10 PRO (64 BITS), BATERIA RECARREGÁVEL DO TIPO ÍON DE LÍTIO COM NO MÍNIMO 4 CÉLULAS, FONTE EXTERNA AUTOMÁTICA COMPATÍVEL C	UNIDADE	10	3199.0000	31.990,00
014	ESTANTE DE AÇO COM 30 CM DE PROFUNDIDADE COM 06 PRATELEIRAS LINHA PESADA COM REFORÇO ÔMEGA RESISTENTE A 60KG (POR PRATELEIRA). PRODUZIDO EM "CHAPA 22" (0,75MM). PRODUZIDO EM AÇO 1008 "CERTIFICADO" DE ALTA QUALIDADE COM TRATAMENTO ANTI-FERRUGINOSO, CONTÉM 06 PRATELEIRAS COM DOBRA DUPLA EM "CHAPA 22" (0,75MM) COM REFORÇO ÔMEGA RESISTENTE A 60KG DISTRIBUIDOS POR PRATELEIRAE 04 COLUNAS L2 EM "CHAPA 18" (1,20MM) PERMITINDO QUE VOCÊ REGULE AS PRATELEIRAS NA ALTURA CONFORME SUA NECESSIDADE. O ACABAMENTO EM SISTEMA DE PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ (EPÓXI) EM ALTA TEMPERATURA GARANTE MAIOR DURABILIDADE DO PRODUTO E RESISTÊNCIA AO TEMPO E FERRUGEM, ACOMPANHANDO UM KIT COM 48 PARAFUSOS E 48 PORCAS CHAVE 11 (08 POR PRATELEIRA). ESPECIFICAÇÃO: PRATELEIRAS: QUANTIDADE 06 (SEIS); PROFUNDIDADE 30 CM; LARGURA 92 CM; RESISTÊNCIA 60 KG DISTRIBUÍDOS. COLUNAS: QUANTIDADE 06 (SEIS); PROFUNDIDADE 30 CM; LARGURA 92 CM; RESISTÊNCIA 60 KG DISTRIBUÍDOS.	UNIDADE	30	732.3333	21.970,00
015	FOGÃO INDUSTRIAL 2 QUEIMADORES MESA EM AÇO ESMALTADO, FOGAO POTENTE, DUPLA CHAMA, FOGÃO DE BANCADA; QUANTIDADE DE BOCAS: 2; COM VÁLVULAS DE SEGURANÇA: SIM; ACABAMENTO DA MESA:	UNIDADE	2	965.6667	1.931,33

	ESMALTADA; MATERIAL DAS TREMPES: FERRO FUNDIDO; EFICIÊNCIA ENERGÉTICA: A; FUNCIONAMENTO GÁS; TREMPES INDIVIDUAL DE FERRO FUNDIDO COM 6 PONTOS DE APOIO; POTÊNCIA DOS QUEIMADORES 2 QUEIMADORES DUPLA CHAMA DE 5,2KW; LARGURA: 84 CM; PROFUNDIDADE: 46 CM; ALTURA COM OS PÉS: 79 CM; PESO: 19,3 CM.				
016	FRAGMENTADORA TRITURADORA PICOTADEIRA DE PAPEL. TIPO DE CORTE: TIRAS; CAPACIDADE DE FOLHAS: NO MÍNIMO 16; CAPACIDADE DO DEPÓSITO: NO MÍNIMO 10 L; VELOCIDADE: 9,84 M/MIN. 110 V.	UNIDADE	10	996.3000	9.963,00
017	FREEZER HORIZONTAL 143LITROS (ALTURA 71,5CM/ LARGURA: 63,20 CM/ PROFUNDIDADE: 60,30; PESO 27KG) ; CAPACIDADE: 143 LITROS; VOLTAGEM: 110V; COR: BRANCO; TIPO DE DEGELO: MANUAL; GÁS REFRIGERANTE: R600A; CONSUMO APROXIMADO DE ENERGIA: 28,2; DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO 85X63,2X60,3 CM(AXLXP); AMPLA CAPACIDADE: 143 LITROS PARA ARMAZENAR UMA GRANDE QUANTIDADE DE ALIMENTOS; DEGELO MANUAL: SISTEMA DE DEGELO MANUAL QUE GARANTE A CONSERVAÇÃO DOS ALIMENTOS; DESIGN HORIZONTAL: IDEAL PARA OTIMIZAR ESPAÇO E FACILITAR O ACESSO AOS ALIMENTOS; EFICIÊNCIA ENERGÉTICA: CLASSIFICAÇÃO A, GARANTINDO ECONOMIA DE ENERGIA; FECHADURA DE SEGURANÇA: MANTÉM SEUS ALIMENTOS PROTEGIDOS; ILUMINAÇÃO INTERNA EM LED: MELHOR VISIBILIDADE DO INTERIOR DO FREEZER; GÁS ECOLÓGICO R600A: PRESERVA O MEIO AMBIENTE. FUNÇÃO TURBO FREEZER (SE DISPONÍVEL): CONGELAMENTO RÁPIDO E EFICIENTE; DUAL FUNCTION (SE DISPONÍVEL): PERMITE REGULAR A TEMPERATURA PARA MODO FREEZER OU REFRIGERADOR.	UNIDADE	2	2419.0000	4.838,00
018	FREEZER HORIZONTAL 400 LITROS 2 PORTAS BRANCO (ALTURA: 90CM/ LARGURA: 135CM/ PROFUNDIDADE:78,5/ PESO: 62KG; TEMPERATURA: 7°C A -18°C; FUNÇÃO: DUPLA AÇÃO: CONTROLE DE TEMPERATURA PARA VERSÃO FREEZER OU REFRIGERADOR; MATERIAL 407L; CARACTERÍSTICAS: DRENO DE GELO FRONTAL; EFICIÊNCIA ENERGÉTICA: A; VOLTAGEM110V; CONSUMO APROXIMADO DE ENERGIA 59,2 KWH/MÊS; COR: BRANCO; DIMENSÕES DO PRODUTO LARGURA: 132,3CM ALTURA: 92CM PROFUNDIDADE: 76CM; DIMENSÕES DO PRODUTO COM EMBALAGEM: LARGURA: 135CM ALTURA: 96CM PROFUNDIDADE: 78,5CM;	UNIDADE	1	3932.3333	3.932,33
019	GELADEIRA FROST FREE 310L DUPLEX BRANCA; ALTURA: 172 CM; LARGURA: 60CM; PROFUNDIDADE: 61CM; PESO: 52KG; TOTAL DE PRATELEIRAS: 2 PRATELEIRAS INTERNAS E 3 PRATELEIRAS NA CONTRA PORTA; ILUMINAÇÃO INTERNA; PÉS NIVELADORES; PRATELEIRAS DE VIDRO TEMPERADO; PRATELEIRAS NA PORTA; PRATELEIRAS REGULÁVEIS; PRATELEIRAS REMOVÍVEIS;	UNIDADE	3	3532.3333	10.597,00

	RECIPIENTE PARA GUARDAR GELO; RODÍZIOS; ILUMINAÇÃO NO COMPARTIMENTO REFRIGERADOR; ILUMINAÇÃO NO COMPARTIMENTO FREEZER. CAPACIDADE LÍQUIDA DO FREEZER (L) 63; FREQUÊNCIA 60 HZ; ACABAMENTO LATERAL AÇO PINTADO EM BRANCO; PROFUNDIDADE SEM PORTA 54,6 CM; PROFUNDIDADE COM PORTA ABERTA 116,4 CM; LARGURA PORTA ABERTA 90° COM PUXADOR N/A; CAPACIDADE BRUTA DO REFRIGERADOR (L) 252; GARANTIA DO PRODUTO 1 ANO; CAPACIDADE TOTAL DE ARMAZENAMENTO 310L; PROFUNDIDADE COM PORTA E SEM PUXADOR 61,8 CM; CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A; COR BRANCO; CAPACIDADE LÍQUIDA DO REFRIGERADOR (L) 247; ALTURA DO PRODUTO EMBALADO 173,9 CM; LARGURA DO PRODUTO EMBALADO 63,3 CM; PROFUNDIDADE DO PRODUTO EMBALADO 65				
020	GERADOR DE ENERGIA A GASOLINA 7,1 KVA BIVOLT USO INTENSIVO 420CC 4T PARTIDA ELÉTRICA E MANUAL BIVOLT; TIPO GERADOR GASOLINA REFRIGERADO A AR; CILINDROS: MONOCILÍNDRICO; TIPO DO MOTOR: 4 TEMPOS; CILINDRADAS MOTOR 420 CC; SISTEMA DE PARTIDA 1; PARTIDA MANUAL; SISTEMA DE PARTIDA 2; PARTIDA ELÉTRICA; POTÊNCIA MÁXIMA 7.1 KVA; POTÊNCIA NOMINAL (CONTÍNUA) 6.5 KVA; TENSÃO DE SAÍDA 230V OU 115V; FASES MONOFÁSICO; TANQUE DE COMBUSTÍVEL 24 L; CAPACIDADE DE ÓLEO 1,1 L ; ROTAÇÃO MÁXIMA 3600 RPM; FREQUÊNCIA 60 HZ; SAÍDA AUXILIAR 12VDC 8ª; CARACTERÍSTICA ADICIONAL: CHAVE SELETORA 230V/115V; CARACTERÍSTICA ADICIONAL 2 COM AVR; CARREGADOR DE BATERIA 12VDC 8ª; PESO LÍQUIDO: 83KG; PESO BRUTO: 86KG; DIMENSÃO DA CAIXA: 725X590X580MM;	UNIDADE	1	5015.9667	5.015,97
021	GRILL E SANDUICHEIRA INOX 750W - 110V - CAPACIDADE DE 2 SANDUÍCHES. PLACAS PARA GRILL. SUPERFÍCIE ANTIADERENTE QUE FACILITA LA REMOÇÃO DE ALIMENTOS. COM ALÇA RESISTENTE AO CALOR. DIMENSÕES MÍNIMAS: 23.5CM DE LARGURA, 9.7CM DE ALTURA E 23.5CM DE COMPRIMENTO.	UNIDADE	2	245.6667	491,33
022	IMPRESSORA LASER (COMUM) - ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA: QUE ESTEJA EM LINHA DE PRODUÇÃO PELO FABRICANTE; IMPRESSORA LASER COM PADRÃO DE COR MONOCROMÁTICO; RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1200 X 1200 DPI; VELOCIDADE DE 35 PÁGINAS POR MINUTO PPM; SUPORTAR TAMANHO DE PAPEL A5, A4 CARTA E OFÍCIO; CAPACIDADE DE ENTRADA DE 200 PÁGINAS; CICLO MENSAL DE 50.000 PÁGINAS; INTERFACE USB; PERMITIR COMPARTILHAMENTO POR MEIO E REDE 10/100/100 ETHERNET E WIFI 802.11 B/G/N; SUPORTAR FRENTE E VERSO AUTOMÁTICO; O PRODUTO DEVERÁ SER NOVO, SEM USO, REFORMA OU RECONDICIONAMENTO.	UNIDADE	10	2699.0000	26.990,00
023	IMPRESSORA LASER MULTIFUNCIONAL (COPIADORA E SCANNER) - ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	10	4015.6667	40.156,67



	MÍNIMA: QUE ESTEJA EM LINHA DE PRODUÇÃO PELO FABRICANTE; IMPRESSORA COM TECNOLOGIA LASER OU LED; PADRÃO DE COR MONOCROMÁTICO; TIPO MULTIFUNCIONAL (IMPRIME, COPIA, DIGITALIZA, FAX); MEMÓRIA 128 MB; RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO 600 X 600 DPI; RESOLUÇÃO DE DIGITALIZAÇÃO 1200 X 1200 DPI; RESOLUÇÃO DE CÓPIA 600 X 600; VELOCIDADE DE IMPRESSÃO 30 PPM PRETO E BRANCO; CAPACIDADE DA BANDEJA 150 PÁGINAS; CICLO MENSAL 30.000 PÁGINAS; FAX 33.6KBPS OPCIONAL; INTERFACES USB, REDE ETHERNET 10/100 E WIFI 802.11 B/G/N ; FRENTE E VERSO AUTOMÁTICO; O PRODUTO DEVERÁ SER NOVO, SEM USO, REFORMA OU RECONDICIONAMENTO.				
024	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL; CAPACIDADE: 6 LITROS; VOLTAGEM : BIVOLT (127V/220V); MATERIAL: AÇO INOX; COPO REMOVÍVEL; INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES : POTÊNCIA 1200W/1000W; POSSUI LÂMINAS RESISTENTES QUE PERMITEM A MOVIMENTAÇÃO DO PRODUTO, FAZENDO COM QUE SEJAM PROCESSADOS DE FORMA RÁPIDA E SEGURA, NÃO DANIFICANDO O EQUIPAMENTO; ROTAÇÃO: 3500 RPM; FREQUÊNCIA: 60HZ; ISOLAÇÃO: CLASSE F; TENSÃO: 110/220V (BIVOLT)POTÊNCIA: 1200W/1000W MEDIDAS: ALTURA: 68CM; LARGURA: 25CM; PROFUNDIDADE:25CM; PESO: 10,8KG.	UNIDADE	2	1152.3333	2.304,67
025	MÁQUINA P/ ALGODÃO DOCE INDUSTRIAL DIGITAL BIVOLT – POTÊNCIA 1.400 W. ACESSÓRIOS INCLUÍDOS 1 FUNIL Nº15, 1 FUSÍVEL, 1 PALITO, 1 TAMPINHA, 2 ESCOVAS; DIMENSÕES MÍNIMAS: COMPRIMENTO TOTAL X ALTURA TOTAL 51.5 CM X 46 CM; QUANTIDADE DE ALGODÕES 180 H X 240 H.	UNIDADE	1	2246.0000	2.246,00
026	MESA 15MM 150x60; MEDIDAS: ALT: 74CM X LARG: 150CM X PROF: 60CM; TAMPO: MDP15MM; PAINEL: MDP15MM; GAVETEIRO: 2 GAVETAS COM CHAVES; PÉS METAL: TUBO 1"18 E TUBO 2"20; PÉS NIVELADORES. COR: CINZA.	UNIDADE	15	749.0000	11.235,00
027	MESA DELTA L ESTAÇÃO TRABALHO ESCRITÓRIO 140X140 C/2 GAVETAS. MEDIDAS COMPRIMENTO: 140CM PARA CADA LADO DO L; PROFUNDIDADE: 60CM; ALTURA: 74CM. TAMPO EM MDP 15MM COM ACABAMENTO EM PERFIL DE PVC 180º TIPO ERGOSOFT. PÉS EM AÇO. PONTEIRAS NIVELADORAS PARA PISOS IRREGULARES. COR: CINZA.	UNIDADE	10	1029.3333	10.293,33
028	MICRO-ONDAS 20L BRANCO; ALTURA: 26,25 CM; LARGURA: 45,5 CM; PROFUNDIDADE: 34,8 CM; PESO: 11,1 KG; FUNÇÃO DESCONGELAMENTO; COM TRAVA DE SEGURANÇA; TIRA ODOR; OPÇÕES DE MENU MENU DIA A DIA; MENU GOURMET; MENU KIDS; MENU LIGHT; MENU RECEITAS; ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: CAPACIDADE TOTAL: 20L; FREQUÊNCIA: 60 HZ; CONTEÚDO DA EMBALAGEM: FORNO MICRO-ONDAS; CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A; GARANTIA	UNIDADE	3	755.9667	2.267,90

	DO PRODUTO 1 ANO; COR BRANCO; ACABAMENTO INTERNO BRANCO (PINTADO); ACABAMENTO FRONTAL PORTA BRANCA; POTÊNCIA 1300W; ACABAMENTO LATERAL BRANCO; ALTURA DO PRODUTO EMBALADO 28,75 CM; LARGURA DO PRODUTO EMBALADO 50,0 CM; PROFUNDIDADE DO PRODUTO EMBALADO; 38,0 CM; PESO DO PRODUTO EMBALADO 11,4 KG.				
029	POLTRONA HOSPITALAR PARA DESCANSO DE PACIENTES E ACOMPANHANTES. CONFECCIONADA EM TUBO DE AÇO 1" E TUBOS PINTADOS. BASE EM TUBOS 1" ¼ . ESTOFADOS EM ESPUMA REVESTIDOS EM CORANO, ASSENTO, ENCOSTO, BRAÇOS LATERAIS E BASE/SUPOORTE PARA PÉS. CAPACIDADE: ATÉ 120 KG. MOVIMENTO: 4 POSIÇÕES. SENDO ENCOSTO E PERNEIRA SIMULTÂNEO. PÉS: PONTEIRAS PLÁSTICA EM PVC ANTIDERRAPANTE. ACABAMENTO: TAPEÇARIA GRAMPEADO, ESPUMA D23. PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ COM ANTERIOR TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO, SECAGEM EM ESTUFA. DIMENSÕES MÍNIMAS C X L X A: 1,65 X 0,80 X 0,65. PRODUTO REGISTRADO NA ANVISA.	UNIDADE	20	1646.3333	32.926,67
030	ROUPEIRO DE AÇO COM 20 PORTAS PEQUENAS EM "CHAPA 26" COM PITÃO PARA CADEADO. PRODUZIDO EM AÇO 1008 "CERTIFICADO" DE ALTA QUALIDADE COM TRATAMENTO ANTI-FERRUGINOSO, EM "CHAPA 26" COM PÉS EM CHAPA 18, POSSUI 20 PORTAS EM "CHAPA 26" COM VENTILAÇÃO. ESTRUTURA: ALTURA 1,95 M; LARGURA 1,27 M; PROFUNDIDADE 0,38 M.	UNIDADE	2	2665.6667	5.331,33
031	SMARTPHONE - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: 128GB, 4G, 4GB RAM CÂM. 50MP + SELFIE 13MP	UNIDADE	2	2019.3000	4.038,60
032	SMARTPHONE - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: 256GB, 5G, 8GB RAM; RESOLUÇÃO DA CÂMERA TRASEIRA: TRIPLA DE 50MP +12MP + 10MP; RECURSOS DA CÂMERA TRASEIRA: ABERTURA F1.8 + F2.2 + F2.4, ZOOM DIGITAL ATÉ 30X E ÓPTICO 3X; RESOLUÇÃO DA CÂMERA FRONTAL: 12MP; RECURSOS DE FOTO E VÍDEO: ABERTURA F2.2, FLASH FRONTAL; RESOLUÇÃO DA GRAVAÇÃO DE VÍDEOS: UHD 8K (7680X4320).	UNIDADE	2	4065.6667	8.131,33
033	SMART TV 40 LED FULL HD TV COM CONVERSOR DIGITAL - TAMANHO DA TELA: 40 " - COM WI-FI – NO MÍNIMO 3 PORTAS HDMI - EQUIPADA COM CONEXÃO USB - INCLUI CONTROLE REMOTO.	UNIDADE	2	2465.6667	4.931,33
034	TABLET - SISTEMA OPERACIONAL ANDROID 10.0 OU SUPERIOR, TELA DE NO MÍNIMO 10 POLEGADAS COM TECNOLOGIA LCD OU LED; PROCESSADOR NO MÍNIMO OCTA CORE 2.0 GHZ OU SIMILAR; ARMAZENAMENTO INTERNO DE 64GB OU SUPERIOR; DEVE POSSUIR SLOT PARA CARTÃO DE MEMÓRIA MICROSD; CÂMERA TRASEIRA DE NO MÍNIMO 8MP E FRONTAL COM NO MÍNIMO 5MP; CONEXÃO USB, WI-FI, BLUETOOTH E 4G. DEVE POSSUIR SISTEMA DE GPS INTEGRADO COM SENSORES OSCILOSCÓPIO, GIROSCÓPIO E ACELERÔMETRO.	UNIDADE	10	2682.6333	26.826,33

035	VENTILADOR DE COLUNA OSCILANTE, TURBO 6 PÁS PREMIUM, PRETO, 50CM, 127V. POTÊNCIA MÍNIMA 135W.	UNIDADE	30	596.3333	17.890,00
036	VENTILADOR DE TETO BIVOLT. CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO: DIÂMETRO: 600MM - LINHA: PREMIUM - ROTAÇÃO MÁXIMA: 1.430 RPM - NÚMERO DE PÁS: 3 - PROTETOR TÉRMICO: SIM - ÁREA DE VENTILAÇÃO: 25 M² - CONTROLE DE VELOCIDADE: ROTATIVO - ROLAMENTOS NO MOTOR: 2 - VAZÃO: 230 M³/MIN - REFERÊNCIA: 76-6402 - COR: PRETO - POTÊNCIA: 170W.	UNIDADE	30	793.0000	23.790,00
<b>VALOR TOTAL = 545.354,71</b>					

### 3. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS:

3.1. O preço total estimado pela administração para contratação do objeto é de **R\$ 545.354,71 (Quinhentos e quarenta e cinco mil trezentos e cinquenta e quatro reais e setenta e um centavos)**, conforme os valores constantes no quadro acima.

### 4. DURAÇÃO DO CONTRATO

4.1. O **prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses** contados da assinatura do contrato.

4.2. A empresa contratada deverá iniciar imediatamente após a assinatura do pacto contratual o fornecimento estipulado no objeto contratual.

4.3. O prazo de vigência da contratação será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos termos do art. 111 da Lei 14.133/2021.

4.4. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

- a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
- b) A Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

### 5. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

5.1. Motivação da Contratação: Diante da necessidade de substituição dos materiais impróprios, bem como suprir a falta de itens básicos na manutenção das atividades realizadas da administração pública municipal.

5.2. Objetivos da Contratação: Referida aquisição visa ofertar melhorias no ambiente de trabalho, proporcionando condições ideais para o desenvolvimento das atividades,



comodidade e acolhimento aos servidores e munícipes que frequentam as repartições públicas, bem como cumprir emendas impositivas.

## **6. DA ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO**

6.1. A estimativa da contratação foi realizada com base em pesquisa de preços com três fornecedores dos objetos em questão.

## **7. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

7.1. As despesas decorrentes do objeto deste Termo correrão à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento Geral do Município de 2025, em dotação específica a ser informada em próxima etapa desse processo pelo Departamento de Contabilidade deste Município.

## **8. DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

8.1. Em Bom Jardim de Minas ainda não foi implantado o Plano Anual de Contratações, de forma que neste momento não existe o alinhamento entre a presente contratação e o plano de contratações.

## **9. DA FORMA DE EXECUÇÃO:**

9.1. Executar o objeto contratado obedecendo às especificações discriminadas nesse Termo de Referência, de acordo com o cronograma disponibilizado pelas Secretarias demandantes;

9.2. A Empresa licitante que se sair vencedora do certame licitatório deverá disponibilizar os serviços da melhor forma a atender às necessidades do Município;

9.3. A empresa vencedora responderá pelos danos causados diretamente à Administração ou ainda a terceiros, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento feito pelo CONTRATANTE;

9.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **10. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO:**

10.1. Sem prejuízo da plena responsabilidade do Contratado, o fornecimento será fiscalizado pelo Município, através de servidor designado para tal função, a qualquer hora, dentro dos padrões determinados pela Lei Federal nº. 14.133/21.

10.2. O CONTRATANTE poderá a qualquer tempo recusar os fornecimentos, no todo ou em parte, sempre que não atender ao estipulado no contrato.

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

11.1 São obrigações da Contratante:

11.2. Efetuar o pagamento a CONTRATADA no prazo e forma estipulados no contrato mediante documento hábil de quitação.

11.3. Solicitar o fornecimento em conformidade com suas necessidades durante o período de contrato;

11.4. Emitir ato designando o responsável pela fiscalização da execução dos serviços.

11.5. O Município deverá acompanhar e fiscalizar a execução dos fornecimentos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, diretamente ou por meio de Preposto, que exercerá ampla e irrestrita fiscalização do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive quanto às obrigações da CONTRATADA constantes deste Termo de Referência;

11.6. Compete ainda ao Município:

a) Quitar o cumprimento financeiro assumido com a(s) licitante(s) vencedora(s), desde que não haja impedimento legal para o fato;

b) Notificar, formal e tempestivamente a Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento da Ata;

c) Notificar a(s) licitante(s) vencedora(s) por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

d) Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;

e) Prestar à contratada todos os esclarecimentos necessários à execução da Ata de Registro de Preço;

f) Todas as demais obrigações constantes neste Termo de Referência, que fará parte integrante da Ata de Registro de Preços.

g) Arcar com as despesas de publicação do extrato de adesão a Ata de Registro de Preços;

## **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**12.1. Fornecer os produtos em até 12(doze) meses após envio da Autorização de Fornecimento;**

12.2. Comunicar imediatamente e por escrito ao Município, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

12.3. Atender com prontidão às reclamações por parte do recebedor dos serviços, objeto da presente Licitação;

12.4. Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação;

12.5. Considerar perfeita a notificação realizada no endereço constante na Ata; Comunicar ao Município Contratante modificação em seu endereço ou informações de contato.

12.6. Todos os materiais, mão de obra, impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas, que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento ou decorrentes de sua execução serão de exclusiva responsabilidade da empresa vencedora.

12.7. Realizar, com seus próprios recursos todos os fornecimentos relacionados com o objeto contratado, de acordo com as especificações estipuladas pelo Município.

12.8. Prestar, dentro dos prazos, os fornecimentos contratados de acordo com as necessidades e determinações do CONTRATANTE, obedecendo a todas as exigências estabelecidas neste termo;

12.9. Comunicar formalmente quaisquer alterações provenientes de caso fortuito ou de força maior, que gere fato impeditivo da execução do contrato.

12.10. Cumprir rigorosamente as normas técnicas relacionadas aos fornecimentos, responsabilizando-se pela qualidade do mesmo, bem como pela segurança de seus empregados.

12.11. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas e previdenciários de seus empregados na execução dos fornecimentos contratados.

12.11.1. Responsabilizar-se por todos os atos, acontecimentos e acidentes com seus funcionários no período do fornecimento, excluindo o Contratante de qualquer responsabilidade cível, criminal e de qualquer espécie.

12.12. O CONTRATADO responde, por danos causados à CONTRATANTE e ou a terceiros, comprovada a culpa ou dolo.

### **13. DA SUBCONTRATAÇÃO**

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

#### **14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

#### **15. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

15.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

15.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

15.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

15.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

15.6. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

15.7. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

15.8. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

## **16. DO PAGAMENTO**

16.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

16.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

16.3. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

16.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

16.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no processo original.

16.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação fiscal.

16.10. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente e irregular com os órgãos fiscais, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



16.12. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a previsão em contrato.

## **17. DA FORMALIZAÇÃO, VIGÊNCIA, RESCISÃO E PUBLICIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

17.1. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada por representante legal, diretor, ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.

17.2. . O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preço será de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da convocação, podendo ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito, antes do término do prazo previsto, e com exposição de motivo justo que poderá ou não ser aceito pela Administração.

17.3. A Licitante que convocada para assinar a Ata de Registro de Preço deixar de fazê-lo no prazo fixado dela será excluída.

17.4. Na hipótese do não atendimento à convocação ou havendo recusa em fazê-lo, o Município aplicará as penalidades cabíveis.

17.5. A Ata de Registro de Preços terá seu extrato publicado no site oficial da Prefeitura, assim como a sua íntegra, após assinada e homologada e será disponibilizada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), se pertinente.

17.6. . O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o art. 84 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

17.7. Se durante a vigência do contrato for constatado que os valores registrados estão inferiores aos de mercado, caberá à Administração convocar os fornecedores registrados para negociar o novo valor.

17.8. A extinção da Ata de Registro de Preços poderá ser:

I- determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II- consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III-determinada por decisão arbitral;

17.9. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

17.10. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I-devolução da garantia;

II- pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III-pagamento do custo da desmobilização compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

17.11. . Constituirão motivos para extinção da Ata de Registro de Preços, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas nos incisos I ao IX do art. 137 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021:

I- não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II- desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III-alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV-decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V- caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI-atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII- atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII- razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX- não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

17.12. A detentora da Ata de Registro de Preços terá direito à extinção nas seguintes hipóteses previstas no parágrafo § 2º, incisos I ao V do art. 137 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021:

I- supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei;

II- suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III- repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV- atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V- não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

VI- Para a extinção a que se referem os incisos II, III e IV do § 2º do art. 137 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, deverão ser observadas os incisos I e II do § 3º do art. 137 da mesma Lei.

VII- Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.13. A rescisão do contrato poderá ser:

I- determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II- consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III-determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

## **18. DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

18.1. Os serviços serão solicitados conforme a necessidade do Município, conforme a Ata de Registro de Preços e apresentação de requisição/solicitação devidamente assinada, com identificação do respectivo servidor competente.

18.2. Os fornecimentos, objeto desta Licitação, deverão ser executados em perfeita condição de utilização e normas da ABNT;

18.3 Os fornecimentos deverão ser executados a partir da publicação da Ata de Registro de Preços até findar a vigência da mesma.

## **19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO**

19.1. O objeto do contrato será recebido de forma **provisória e definitiva**, as quais serão realizados na forma do art. 140, inciso I da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, observadas as demais condições previstas em procedimento interno para o recebimento dos serviços do contrato:

19.1.1. **provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

19.1.2. O Recebimento Provisório só poderá ocorrer se satisfeitas as seguintes condições:

a) Realização de todos os ensaios e testes, envolvendo a completude de todos os fornecimentos envolvidos na execução;

b) Realização de todas as medições e/ou apropriações referentes a reduções, acréscimos e modificações;

c) A fiscalização do Município realizará o levantamento de eventuais pendências executivas a serem satisfeitas pela Contratada.

19.1.3. **definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

19.1.3.1. O(s) Termo(s) de Recebimento Definitivo do(s) serviço(s) contratado(s) será(ão) lavrado(s) de acordo com o constante no art. 140, inciso I, alínea "b", da Lei nº

14.133, de 1 de abril de 2021, **em 30 (trinta) dias após o recebimento provisório, desde que satisfeitas as seguintes condições:**

- a) Atendidas todas as reclamações do Município referentes a defeitos ou imperfeições verificadas em quaisquer elementos dos serviços;
- b) Solucionadas todas as reclamações porventura feitas, quanto à falta de pagamento de operários ou de fornecedores de materiais, de encargos sociais e tributários concernentes à execução do objeto, ou, ainda, de prestadores de serviços empregados na execução dos fornecimentos;
- c) Entrega dos seguintes documentos: Comprovante de inexistência de débitos para com o Sistema da Seguridade Social, e FGTS e Certidões negativas de que não pesam sobre os serviços quaisquer ações judiciais por prejuízos causados a terceiros.

19.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

19.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

19.4. Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

## **20. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS**

20.1 A detentora obriga-se a executar os fornecimentos licitados em perfeita harmonia e concordância com as normas adotadas pelo Município, este responsável pela emissão das requisições, com especial observância dos termos deste Instrumento Convocatório e da Ata de Registro de Preços.

## **21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

21.1. Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, o Município poderá sujeitar a Detentora às penalidades seguintes:

- a) Suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração direta e indireta, pelo prazo de até 03 (três) anos (art. 156, III, da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021), em função da natureza e da gravidade da falta cometida ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição à pessoa física ou jurídica que praticar quaisquer atos previstos no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021;
- b) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, considerando, para tanto, reincidência de faltas, sua natureza e gravidade. O



ato da declaração de inidoneidade será proferido por Autoridade Superior, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

21.2. Pelo atraso injustificado na execução dos serviços, a Detentora incorrerá em multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor ajustado, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos incidentes, se destacados em documento fiscal.

21.3. Pela inexecução total ou parcial do ajuste a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

21.3.2. A aplicação das multas independe de qualquer interpelação judicial, precedida de processo administrativo com ampla defesa, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa.

21.3.3. As multas e penalidades serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis.

21.3.4. A Detentora será notificada, por escrito para recolhimento da multa aplicada, o que deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis dessa notificação. Se não ocorrer o recolhimento da multa no prazo fixado, o seu valor será deduzido das faturas remanescentes.

21.4. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, podendo a Administração aplicar as penalidades cabíveis.

21.5. Pelo descumprimento das obrigações assumidas a licitante estará sujeita às penalidades previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

21.6. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

21.6.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

21.6.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

21.6.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

21.6.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

21.6.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

21.6.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

21.6.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

21.6.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

21.6.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

21.6.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

21.6.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.6.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

21.6.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.7. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 19.6.1. deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 19.6.1 a 19.6.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 19.6.2 a 19.6.7 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 19.6.8 a 19.6.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

21.7.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

21.7.1.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

21.7.1.2. As peculiaridades do caso concreto;

21.7.1.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

21.7.1.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

21.7.1.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

21.9. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

21.10. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização.

21.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.13. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

21.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## **22. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE**

22.1. Não será admitido.

## **24. DAS REVISÕES DE PREÇOS**

24.1. O valor registrado vigente poderá ser revisto, por solicitação formal do Signatário Detentor, somente para que seja mantido o equilíbrio econômico-financeiro.

24.2. O pedido deverá ser enviado ao Gestor da Ata, através do protocolo geral do Município no horário de expediente.

24.3. A solicitação de revisão de preço(s) deverá ser devidamente justificada e acompanhada de documentos comprobatórios da sua necessidade, originais ou cópias autenticadas, a qual será analisada pela Consultoria Jurídica do Consórcio.

24.4. Para a solicitação de revisão de preço(s), o Signatário Detentor terá que apresentar planilha atualizada da composição de preços do(s) produto(s), considerando todos os itens constantes na proposta anterior apresentada, quando da apresentação da proposta.

24.5. A análise para deferimento total ou parcial ou ainda indeferimento da revisão solicitada deverá ser instruída com justificativa e memória dos respectivos cálculos, para deliberação pela Assessoria Jurídica e pelo Gestor da Ata, em aproximadamente 10 (dez) dias úteis, contados a partir da entrega da documentação completa pelo Signatário Detentor.

## **25. ALTERAÇÕES DO CONTRATO**

25.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Art. 126 da Lei nº 14.133/2021.

25.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 126 da Lei nº 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

25.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## **26. EXTINÇÃO**

26.1. Constituirão motivos para extinção, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas no incisos I a IX do art. 137 da Lei 14.133/2021.

26.2. A extinção do contrato poderá ser:

I- determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II- consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III-determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

26.3. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

26.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar as consequências indicadas no art. 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021 e neste Termo de Referência.

26.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

26.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

26.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

26.5.3. Indenizações e multas.

## **27. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

27.1. Não haverá exigência de garantia contratual.

## **28. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

28.1. Qualquer omissão referente ao teor deste Termo de Referência deverá ser suprida de acordo com a Lei Federal 14.133/2021.

Bom Jardim de Minas/MG, 23 de janeiro de 2025.

Magda Emília Altomare - Matrícula: 2949

Secretária de Administração

Matrícula: 2949